

É evidente que tanto a queda do volume relativo das populações das regiões norte e central como o crescimento das regiões paulista, araraquarense, alta-sorocabana e noroeste não se deveram apenas às migrações internacionais. Houve, evidentemente, importantes movimentos populacionais internos no Brasil e entre as regiões paulistas no período que vai de 1846 a 1886, quando o volume das migrações internacionais para São Paulo ainda era desprezível. A constatação desse fenômeno coloca uma série de questões que requerem análises mais aprofundadas: qual a proporção de escravos livres na população? De onde provinha? Que tipos de funções econômicas desempenhava? Etc.

Odilon Nogueira de Matos sugere algumas respostas parciais a essas perguntas. Assim, analisando a década de 80-90, afirma à página 71: "um importante elemento lembrado por Taunay no texto atrás transcrito, veio contribuir, de maneira acenuada, para delinear uma nova paisagem no interior paulista: a contribuição de mineiros e fluminenses os quais, em grandes contingentes, vieram abrir fazendas no oeste paulista, que se lhes afigurava um novo Eldorado, terrivelmente contrastante com as regiões donde provinham. Rara a cidade do oeste paulista que não tenha troncos mineiros ou fluminenses entre os seus fundadores". O que não fica claro no texto — e tal fato não constitui defeito, porque os objetivos do livro são outros — é o volume desse contingente e como tal população se colocava na economia: eram proprietários ou trabalhadores livres? Se eram proprietários, empregavam mão-de-obra escrava ou livre na abertura dessas frentes que, como a tabela sugere, ocorreu antes da Abolição? Enfim, o que o autor de **Café e ferrovias** sugere é que não se tem prestado a devida atenção às migrações internas e às suas funções no processo de desenvolvimento econômico ocorrido em São Paulo, durante o século XIX. Outra questão que não está suficientemente clara no texto — e, isso sim,

constitui um dos raros defeitos substantivos do livro — é se a evolução ferroviária se deu através do emprego de trabalhadores livres. O autor esclarece que a San Paulo Railway foi construída por obrigação contratual imposta pelo Governo, utilizando o trabalho livre. Porém nada diz a esse respeito sobre todas as outras ferrovias. Ora, ainda que afirme à página 107 que "a grande expansão paulista para oeste (café e ferroviária), tendo ocorrido nos fins do século passado e nas duas primeiras décadas do século atual, livre, portanto, da conjuntura escravista, tem que ser associada ao movimento migratório que marcou a paisagem humana, social e cultural de nosso Estado...", boa parte da rede ferroviária (2.425 km haviam sido construídos até 1890) foi construída antes da Abolição. É, portanto, necessário saber-se que tipo de mão-de-obra foi empregada no trabalho predominava, pois tal informação viria colaborar para o esclarecimento de questões relativas à passagem do sistema escravista para o do trabalho livre.

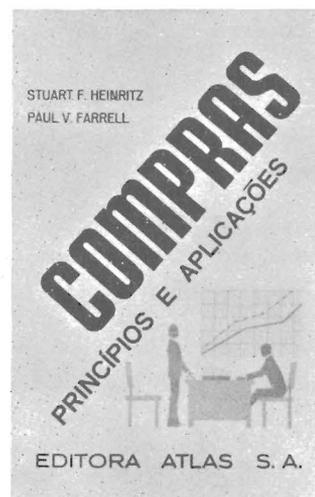
Porém, essas importantes questões sugeridas pelo autor ultrapassam de muito os objetivos do livro onde, no primeiro capítulo, ele expõe o quadro geral do sistema de comunicações na província ao iniciar-se o século XIX; apresenta, em seguida, traços gerais da história do café, para, nos dois capítulos seguintes, discutir os primórdios da era ferroviária e seu desenvolvimento. Conclui, enfim, o trabalho analisando as influências das ferrovias na paisagem paulista.

Por essas e outras razões que aqui não foram apontadas, **Café e ferrovias** constitui fonte indispensável a qualquer estudioso da história do Brasil do século XIX. □

Manoel Tosta Berlinck

## Compras: princípios e aplicações

Por Paul Farrel & Stuart F. Heinritz. São Paulo, Editora Atlas, 1972. 536 p. Índice analítico de 14 p. Traduzido por Augusto Reis, da 5.ª edição norte-americana de **Purchasing, principles and applications**. Prentice-Hall, Inc.



Rever este livro em português é voltar ao meu primeiro curso de compras. Sim, naquela época não se falava administração de materiais, mas simplesmente compras e o curso que fiz na Michigan State University, sob a competente direção do Prof. Hoagland, tinha como livro-texto o Heinritz. É daquele tempo o meu permanente interesse pela ciência de compras e cada vez mais me aprofundei na aplicação da matemática que transformou compras numa área da pesquisa operacional.

A primeira edição do Heinritz saiu em 1947. De lá para cá, capítulos foram acrescidos ao livro, que se manteve num excelente nível de capacitação profissional dos seus leitores para exercer o árduo trabalho de comprador. O índice em português mostra como é completo:

1. A função compra.
2. As compras e a administração.
3. A organização para as compras.

4. O pessoal para as compras.
  5. A compra da qualidade certa.
  6. Padronização.
  7. Controle de qualidade, inspeção.
  8. Comprando a quantidade certa.
  9. O controle dos almoxarifados.
  10. Comprando ao preço certo.
  11. A seleção da fonte adequada de fornecimento.
  12. A pesquisa nas compras.
  13. O planejamento e as previsões.
  14. Orçamento de materiais para adquirir.
  15. Análise de valores.
  16. As negociações.
  17. Fabricar ou comprar.
  18. A compra de equipamento de produção.
  19. Sistema de compras.
  20. Diretrizes de compras.
  21. A ética das compras.
  22. Aspectos legais das compras.
  23. O cancelamento de contratos.
  24. Avaliando o desempenho das compras.
- Estudos de casos.
- Bibliografia.

126

Como é possível verificar pelo índice, nada falta nesse livro, e tal impressão é reforçada pela leitura. É difícil distinguir capítulos que se sobressaem e capítulos mais fracos. O livro mantém uma uniformidade de qualidade extraordinária. Evidentemente o autor se colocou um freio quanto

ao desenvolvimento matemático e mesmo de extensão e profundidade do livro — nem no caso do lote econômico há propriamente um tratamento à base de cálculo ou de considerações de pesquisa operacional (cap. 8). O livro é descritivo, não dedutivo.

Inicialmente, elimine-se da consideração do leitor uma loucura de preconceito do autor. No capítulo A ética das compras, na página 391, está o seguinte: "São práticas condenáveis nas vendas: concluios na apresentação de propostas concorrentes... o emprego de palavras e termos de negócios desconhecidos e do sistema métrico de medidas..." (sic). Com absoluta certeza, tal frase veio da época da primeira edição (1947) e da segunda (1951), pois hoje o sistema métrico é legal nos Estados Unidos, especialmente na indústria química, que está vendendo seus produtos rotulados metricamente desde 1966. Essa frase deveria ter sido eliminada na tradução, pois o livro não merece tal disparate.

A enumeração das funções de compra e a descrição de cargos da seção de compras são bem feitas, com a ressalva de que hoje é difícil encontrar um "diretor de compras"; mais comum é um "diretor de administração de materiais" ou de "planejamento da produção e compras".

No capítulo As compras e administração torna-se necessário ressaltar os problemas diuturnos que aparecem, que não são enumerados. O autor é otimista no seu ponto de vista; o leitor, após 25 anos de experiência, negativo no seu — a cooperação entre compras e engenharia é necessária, mas muito difícil, pois há conflitos de interesse que o autor não pode, ou não quer, constatar ou clarear aprofundadamente. Realmente, quando escreve que o "engenheiro de compras é geralmente um assessor de 'estafe' (usando uma nacionalização já tratada por mim na análise do livro de **Sistemas e métodos** de McDowell de Miranda) assessorando principalmente o encarregado de compras", o autor e o tradutor esquecem que no Brasil e também nos Estados Unidos o

engenheiro de compras é o primeiro membro do **staff** a ser dispensado de apertar o parafuso da economia; ou melhor, como aconteceu numa empresa nacional — muito lucrativa, por sinal — onde o engenheiro de compras foi considerado dispensável, pois os engenheiros dos departamentos e das divisões sabiam especificar. Como isso nem sempre é um fato — e nessa empresa a especificação lembra um pouco a descrição de um lance de futebol, de gol anulado, visto por dois cronistas de times contrários — a colaboração com os engenheiros é relativa e meio quimérica.

O autor preconiza o treinamento dos compradores por meio de rodízio nas seções de compras e nos fornecedores e por meio de cursos específicos de ano para ano, para mantê-los bem a par do progresso da ciência.

A descrição de carreira nas compras é problemática para o Brasil; a observação mostra que, dentro de "compras", o indivíduo no Brasil sobe com muita velocidade, devido à falta de matérias-primas e de pessoal adequado de compras; a primeira dá o grau de dificuldade da função, e a segunda dá o valor por escassez. Mas, em seguida, "escapar" da área de compras é definitivamente mais difícil no Brasil que nos Estados Unidos. O capítulo A compra de qualidade certa é exclusivamente endereçado a quem especifica e compra, mas peca por não definir as compras dentro dos limites de controle de qualidade aceitável. Falta também alguma referência aos excessos necessários na encomenda para receber o número desejado de peças de qualidade aceitável.

O capítulo 6, Padronização não deveria ter sido traduzido, mas elaborado no Brasil, pois nós temos a nossa ABNT, apesar de todas as falhas, como organismo funcionando e cumprindo seu dever. O capítulo fala em tantas palavras, que padronizar é bom, mas nos EUA padronizar é ainda uma coisa pouco difundida fora dos limites de ramos industriais.

Insuficiente o capítulo sobre controle de qualidade, do ponto de vista do especialista, engenhei-

ro ou professor de administração, mas suficiente para o comprador, ao qual se destina, afinal.

O capítulo Comprando a quantidade certa faz menção do lote econômico e depois mostra que tem outros métodos usados — um bom capítulo com um sistema indubitavelmente válido como método de apresentação. O sistema ABC não aparece no lote econômico, nem no capítulo seguinte, o nono, O controle dos almoxarifados. Por exemplo, nesse capítulo, na página 179, está a determinação do estoque reserva, por meio de curva de frequência e suas probabilidades, o que mostra que o autor sabe colocar o que for necessário, do ponto de vista matemático. O interessante é que o autor usa a forma da curva de distribuição de Poisson para a determinação das exigências do estoque de segurança (p. 180, fig. 9-1). Lamento somente a pouca intensidade dada ao tratamento do giro do estoque (p. 190).

No capítulo Comprando ao preço certo verifica-se com prazer o uso da curva de aprendizado para a fixação do preço (p. 296).

A pesquisa da compra é um conceito interessante do autor, infelizmente não suficiente desenvolvido. Realmente, desde a análise do valor, que merece um capítulo à parte, até a pesquisa de novas matérias-primas e produtos, o autor dá uma excelente introdução, mas falta uma análise mais clara da diferença da pesquisa e da análise de valor.

O capítulo O planejamento e as previsões está antiquado, pois lá nada dá conhecimento dos modernos métodos estatísticos, como por exemplo, o sistema da média móvel exponencial de Brown, ou os sistemas ideados por McGee. No capítulo sobre orçamento falta um exemplo numérico para que possa ser comparada a eficácia do departamento. Ótimo o capítulo Análise de valores. Fabricar ou comprar é adequadamente tratado. Os capítulos sobre sistemas e diretrizes de compras são melhor tratados pelo estudo de casos, que são juntados em grande número ao livro e que ajudam muito na concepção de um curso de compras.

Como podemos hoje usar o livro de Heinritz? Simplesmente em companhia de outro livro, também editado pela Ed. Atlas. Stockton. **Sistemas básicos de controle de estoques.** Os dois juntos permitem uma cobertura boa para o professor que se pode dedicar à análise de casos, que são 18% do livro em número de páginas. Tais casos, como costuma acontecer no Brasil, são fornecidos sem a parte do mestre, que de fato é desnecessário para quem realmente for mestre, mas existem outros ensinando que não podem deixar de usá-lo (a parte do mestre) por falta de tempo de preparo de aula. Aqui, então, vai um apelo para também traduzir e vender seletivamente a parte do mestre dos livros traduzidos.

Qual seria o custo por conhecimento útil de todos os livros de compra atualmente no mercado? Evidentemente não é possível fazer uma análise de valor de custo por página impressa e, depois, de custo por conhecimento transmitido. No entanto, por ser um livro completo, muito bem apresentado, mesmo se algo antiquado e com inúmeros ótimos conceitos, considero o livro de Heinritz atualmente uma compra excelente no campo de livros de compras e um volume recomendável para todas as bibliotecas de empresas. □

Kurt Ernst Weil

## O município como sistema político

Por Ana Maria Brasileiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. 124 p.



O pequeno livro de Ana Maria Brasileiro tem como objetivo contribuir para o conhecimento da realidade brasileira através do estudo do governo local em um País que se encontra em processo de desenvolvimento.

Na parte 1 — O município como sistema político — “encontra-se visão global do município brasileiro, partindo-se de um enfoque jurídico-histórico para um estudo sob a ótica sistêmica”. A parte 2 — Os sistemas locais no Estado do Rio de Janeiro — analisa e compara municípios do Estado do Rio de Janeiro.

No primeiro capítulo, Evolução do governo local no Brasil, encontramos um excelente resumo de como o poder local se comportou desde o século XVI até os dias atuais. Para traçar a perspectiva histórica de um período que abrange quase 500 anos, a autora utilizou-se das Constituições outorgadas e/ou promulgadas nesse longo intervalo e de trabalhos de conhecidos cientistas sociais brasileiros. Podemos notar a posição singular do município em nosso País “que tem sido, tradicionalmente, a unidade de governo local no Brasil, em contraste

127